

Temos insistido em que, apesar da crise política, não há razão para paralisar os negócios, partindo da premissa de que a direção imprimida à política econômica muito dificilmente mudará. Temos constatado, com satisfação, que o nosso ponto de vista é compartilhado por um número significativo de empresários nacionais, por investidores estrangeiros, que não deixaram de fazer aplicações no Brasil, e pelos bancos credores, que estão a ponto de concluir a minuta de seu acordo com o País.

A entrevista concedida a este jornal, em Londres, por Sir Jeremy Morse, presidente do Lloyds Bank, reforça essa posição. Indagado por nosso correspondente, Celso Pinto, sobre sua visão do que poderia acontecer com a economia brasileira e, particularmente quanto ao acordo com os bancos, ante a hipótese de enfraquecimento político ou mesmo "impeachment" do presidente Collor, Sir Jeremy Morse mostrou-se tranquilo. "Duvido", disse ele, "que o tipo de dificuldade que você mencionou sobre o presidente possa gerar uma mudança fundamental de política econômica e direção. Por que estou dizendo isso? Porque

não acredito que a política econômica brasileira tenha qualquer outro caminho a percorrer senão a trilha comum não só a outros países latino-americanos mas ao mundo inteiro."

Realmente, está em curso no Brasil um processo de modernização da economia, detonado pelo governo do presidente Fernando Collor — e esse mérito ninguém pode negar-lhe —, que se tornou simplesmente irreversível, visto como pré-requisito para a prosperidade do País em um futuro cujos contornos já são bem nítidos. Como acentuou o presidente do Lloyds, "esse vento está soprando em todo o mundo". Pode mudar, mas não mudará "nos próximos dez ou vinte anos".

Nada melhor que alguns exemplos: com base em legislação aprovada pelo Congresso, o governo já realizou a privatização de onze estatais, algumas de grande porte. Há um cronograma para a continuidade do Programa de Privatização, que, como já notamos, é

hoje plenamente aceito pela sociedade. Voltar o relógio nesse caso é praticamente impossível e o que se verifica, na prática, é que os governos estaduais avançam no mesmo rumo através da aprovação de normas para a concessão de serviços públicos, adiantando-se, como o Estado de São Paulo, à regulamentação em nível federal.

A tendência para a diminuição do tamanho do Estado na economia só poderá ter continuidade, presumindo-se que prevaleça, a sensatez. Da mesma forma, pergunta-se: desejariamos a volta da reserva de mercado na informática, que vem sendo pacificamente desmontada através do manejo de mecanismos tarifários?

Embora a passos lentos, mas sem apelo a choques e absolutamente em obediência às leis, outras reformas prosseguem. Algumas, estão em fase final de tramitação no Congresso, que se vê diante também da mais complexa: o ajuste fiscal. É provável que nem todas

as iniciativas do governo venham a ser aprovadas tal como propostas, existindo um largo espaço para negociação. Falhas há e sempre haverá, mas força é reconhecer que a orientação é correta, objetivando-se, ao lado da liberalização da economia, a ordenação das finanças públicas.

Um ingente esforço vem sendo feito para isso e o Brasil, é preciso não esquecer, já superou óbices que chegaram a parecer irremovíveis, ao firmar acordos com o FMI, o Clube de Paris e, preliminarmente, com os bancos privados. Todos sabem quanto é difícil cumprir todas as metas acertadas com o FMI, o que não invalida — e Sir Jeremy Morse endossa essa opinião — o firme e decidido empenho em normalizar as relações com a comunidade financeira internacional.

Se os problemas conjunturais internos são árduos, no plano externo as circunstâncias são favoráveis. A confiança dos investidores no potencial de nossa economia e os juros baixos no mercado internacional estão a indicar que o País fez, na hora certa, acordos compatíveis com sua capacidade de pagamento. Se assim é, por que parar?